



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i3>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

O impeachment de 2016 foi golpe

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i3.41581>

Cássio Augusto Guilherme

Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, cassionl@yahoo.com.br

Resenha recebida em 28/03/2017. Aprovada em 04/11/2017

FREIXO, Adriano de e RODRIGUES, Thiago (orgs.). **2016, o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.



Um livro de combate em defesa da democracia e para além da retórica da grande imprensa. É assim que Adriano de Freixo e Thiago Rodrigues definem o instigante livro por eles organizado: **2016, o ano do golpe**. Escrito no calor da hora, mas sem deixar de lado os rigores e métodos acadêmicos, o eixo central do livro é o debate e a denúncia de que o Brasil viveu e vive um golpe articulado entre amplos setores da burguesia, parlamentares, imprensa e judiciário a favor de um modelo ideológico de Estado em detrimento de outro.

Publicado em 2016 pela editora Oficina Raquel como parte da coleção pensar político que dispõe de outros títulos como **Lugar de mulher: feminismo e política no Brasil**, e **Manifestações no Brasil: as ruas em disputa**, o livro aqui resenhado é composto de cinco capítulos de diferentes autores. A professora Tatiana Roque da UFRJ escreve sobre a restauração neoliberal; a historiadora Christiane Laidler da UERJ historiciza o golpe como a vitória de uma agenda ideológica que não venceu as eleições; os pesquisadores da UFF, Thiago

Rodrigues e Mariana Kalil discutem as repercussões internacionais do golpe; Luiz Felipe Miguel, professor da UnB debate a atuação dos “quatro poderes” no golpe e por fim, a jornalista e professora da UFF, Sylvia Moretzsohn analisa a atuação da imprensa.

Para Tatiane Roque, não vivemos uma volta ao passado, mas sim uma nova ofensiva neoliberal plenamente de acordo com o século XXI. Apesar dos traços locais, o golpe precisa ser visto como parte das dinâmicas de reconfiguração global do neoliberalismo. Em sua tese, vivemos uma nova etapa de acumulação do capital cujo *modus operandi* é um misto de retórica do “não há alternativas”, governo sustentado pela ameaça do uso da força, convivência com o neoconservadorismo e descaso com as liberdades individuais.

Para a professora, não é à toa que as “pedaladas fiscais” estiveram no centro das acusações contra a presidenta Dilma Rousseff. É preciso perceber o objetivo de criminalizar a política econômica que minimamente incluía os pobres no orçamento público. Além disso, por ser tema técnico e de difícil compreensão popular, ajudou a manter a dúvida e passividade da maior parte da população. Tudo, claro, com a intensa propaganda midiática de que a política econômica de Dilma era a única responsável pela crise. A solução era dada na base do “não há alternativas”: a única saída é cortar gastos públicos, privatizar as empresas estatais, “reformular” a previdência e as leis trabalhistas. Em suma, reduzir o tamanho do Estado.

Após ótimas páginas de análise crítica sobre as escolhas econômicas dos governos petistas, a professora enfatiza a necessidade de se pensar o neoliberalismo não apenas como uma orientação econômica, mas também impregnado de uma racionalidade política, um modelo de Estado e de práticas de governo. Neste sentido, a dissolução da democracia cidadã é uma das faces do neoliberalismo atual e o golpe de 2016 no Brasil tem por alvo os princípios sociais da Constituição de 1988. Ideologicamente, caberia

ao Estado apenas garantir o bom funcionamento da concorrência entre os cidadãos, ou seja, sua função é deslocada da esfera da justiça para a esfera da gestão. As leis devem ser “flexibilizadas” para garantir a “livre negociação” entre patrões e empregados.

O capítulo de Christiane Laidler narra o desencadear de fatos que levaram ao golpe de 2016. Os governos Lula, de conciliação de classes, permitiram avanços sociais sem afetar os privilégios dos ricos. A tradicional e generosa repartição do poder garantiu a governabilidade, mas a lealdade do PMDB sempre foi parcial e altamente custosa para o PT. Até 2013 houve certa estabilidade no “presidencialismo de coalizão” dirigido pelo PT, porém, o campo político não soube responder às manifestações e se recompôs da forma tradicional, isto é, ampliou-se o arco de alianças e distribuição de cargos. O governo do PT se empurrou mais para o centro político, o que freou as reformas requeridas pelas ruas.

A professora argumenta que a imprensa soube criar sentidos oposicionistas para as manifestações, além de ajudar a oposição a desconstruir a legitimidade dos governos do PT. Construiu-se uma narrativa moral, na qual a corrupção, focada apenas do PT, era a culpada por todas as históricas mazelas econômicas e sociais do país. Tal narrativa midiática dominou a agenda pública, radicalizou o debate e se consolidou como verdade.

Toda análise política precisa considerar a captura dos partidos e dos políticos pelos interesses dos grandes financiadores. Neste item, o papel do evangélico deputado Eduardo Cunha merece destaque. Financiador por grandes empresas, Cunha, de líder do PMDB a presidente da Câmara, construiu uma bancada interpartidária própria para frear qualquer iniciativa do governo que contrariasse os interesses conservadores e rentistas, liderou a aprovação de “pautas bombas” e boicotou todas as iniciativas do governo Dilma em 2015. Apesar dos vários escândalos de corrupção contra

Eduardo Cunha, a imprensa, a oposição e grande parte da opinião pública lhe prestou apoio para liderar o impeachment.

O balcão de negócios do campo político foi colocado a nu pela Operação Lava Jato e instaurou-se o pânico entre os políticos. Uma nova “operação limpeza” contra o PT foi conduzida pelo Ministério Público, Polícia Federal e juízes. A inexistência do contraditório legitimou ainda mais a narrativa de que o Brasil não funciona porque o PT rouba.

Após meses de narrativa anti-PT, a opinião pública favorável ao impeachment estava formada. Uma pesquisa sobre o tema precisa considerar a imprensa como parte ativa do jogo político a favor dos interesses dos conglomerados econômicos que a financiam. A manipulação da realidade se dá ao veicular o projeto ideológico da burguesia como o projeto de toda a nação. Como os detentores do capital temem ser chamados a contribuir mais em momentos de crise, a imprensa martela a narrativa da necessidade do corte de direitos sociais, gastos públicos, “reformas” trabalhista e previdenciária.

Na tese da professora, como ao longo de todo o processo golpista o cidadão comum jamais foi informado sobre o que tais “reformas” e cortes de gastos significavam na prática e nada lhe foi dito sobre qual seria o programa econômico do novo governo, é possível sustentar que se tratou de um golpe para garantir a ascensão da agenda derrotada nas urnas. Na visão “do mercado”, uma vez que o povo não soube escolher a “agenda ideal” em 2014, dane-se a escolha que o povo fez e se golpeia a democracia. A Constituição de 1988 é um ônus que precisa ser “reformada”. Por fim, sustenta que o impeachment por uma simples questão fiscal foi o meio de disciplinar o Estado segundo os interesses do capital, pois nunca antes um governo foi cobrado a cumprir metas fiscais. Tratou-se de um julgamento de ocasião e oportunista para consolidar o Estado mínimo.

Para o professor Luís Felipe Miguel, embora os “quatro poderes” tenham se unido para desferir o golpe contra o governo de Dilma Rousseff, ele foi, em primeiro lugar, um golpe parlamentar. O respeito superficial às regras do impeachment não esconde o fato do julgamento ter sido “político”, como os próprios parlamentares admitiam em entrevistas, ou seja, não importavam as provas. A politização do Judiciário precisa ser enfatizada, seus vazamentos seletivos e foco nos processos contra petistas.

Quanto à imprensa, historicamente contra as ideologias de esquerda, é possível perceber seu ativismo no ódio atávico ao PT e explícito preconceito de classe. Os mitos da imparcialidade e da objetividade foram definitivamente enterrados nos últimos anos. A grande imprensa cumpriu papel determinante na imposição de uma agenda neoliberal, excluiu as vozes dissonantes e consolidou uma opinião pública contra Dilma e o PT, os únicos responsáveis pela corrupção no Brasil.

Mas é o último capítulo, escrito por Sylvia Moretsohn, que dá foco especial à atuação da imprensa. Sua tese central é de que a mídia usou a velha tática de semear diariamente acusações contra o PT, martelar que a crise é culpa do governo Dilma, para colher, no final, uma opinião pública favorável ao impeachment. O texto destaca a atuação dos jornais, revistas semanais e emissoras de televisão na trama que acirrou os ânimos no país.

A imprensa foi fundamental na consolidação da narrativa de que tudo foi perfeitamente constitucional, ignorou os argumentos contrários e qualquer crítica ao golpismo foi rotulada como “narrativa petista”, portanto não isenta – enquanto a imprensa se dizia isenta – e desqualificada. A professora chama atenção para a necessidade de se compreender os anos de deslegitimação que a imprensa fez dos governos petistas. Como Gramsci, a autora vê os jornais como “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, exercem uma

função política, deturpam e distorcem os fatos em nome da defesa de uma causa/ideologia.

Em suma, os textos do livro dialogam com a tese de que os golpes de Estado no século XXI são de novo tipo: operam na camuflagem da legalidade constitucional, articulam interesses conservadores no Judiciário e no Congresso, contam com forte apoio midiático, além de suposta neutralidade militar. Os analistas que insistem no modelo tradicional de golpe militar usam de má-fé teórica.

Chama atenção a estreita margem de tolerância da elite brasileira após uma década de reformismo fraco nos governos petistas. No contexto de disputa ideológica entre modelos de sociedade/governo, os primeiros movimentos do governo golpista deixam claros seus interesses e a passividade da classe média apoiadora do golpe diante das denúncias de corrupção contra Temer, desnudam seu caráter. No fim das contas, o campo popular, desarticulado e desmobilizado pelos anos de conciliação de classes proposto pelo PT, mostrou-se incapaz de resistir à ofensiva golpista

Referências

FREIXO, Adriano de e RODRIGUES, Thiago (orgs.). **2016, o ano do golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.